



ATA DA 29ª PLENÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE - CONJUVE

1 Ata da Vigésima Nona Plenária do Conselho Estadual da Juventude –
2 CONJUVE que aconteceu aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil
3 e dezenove às 13h 30min. no auditório da Secretaria de Estado do
4 Desenvolvimento Social –SDS. Estavam presentes os conselheiros: Éder
5 Antônio Tochetto (Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da
6 Agricultura Familiar – FETRAF), Lucene Cândido Magnus (UCE), Carl Liwies
7 Cuzung Gakran (AEIUFSC), Gabriel de Souza (Pastoral da Juventude – PJ),
8 Letícia Braz (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SDS), Suzy de
9 Castro Alves (Secretaria de Estado da Educação), Gabriela Maria Dutra de
10 Carvalho (UDESC) e Marcos Levi de Souza Júnior (Secretaria de Estado da
11 Administração Prisional e Socioeducativa). O Presidente da Mesa Diretora
12 Lucene Cândido Magnus (UCE) deu as boas vindas aos conselheiros e
13 solicitou que todos se apresentassem. O Presidente apresentou os seguintes
14 pontos de pauta da reunião: **1. Aprovação da ata da última reunião do dia**
15 **29/08/2019** – O Secretário da Mesa Diretora Éder Antônio Tochetto (Federação
16 dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar – FETRAF) fez a
17 leitura da ata da última reunião do dia 29/08/2019. A referida ata foi aprovada
18 pelos conselheiros e ficou acordado que a ata não será mais lida em reunião,
19 pois será enviada por email aos conselheiros e os mesmos poderão fazer suas
20 considerações via email. **2. Regularização e publicação dos conselheiros**
21 **no Diário Oficial do Estado –DOE** – A Secretária do Conselho socializou
22 sobre a regularização dos conselheiros no CONJUVE: no DOE nº21.108 por
23 meio do Ato nº2250/2019 na data de 25/09/2019 foram publicados os
24 conselheiros titular e suplente da Secretaria de Estado do Desenvolvimento
25 Social –SDS, da UDESC e, também, representantes não governamentais dos
26 Segmentos Clubes de Serviços, Voluntariado e Filantrópico (conselheiro
27 suplente) e da Aprendizagem (conselheiro titular). As Secretarias de Governo
28 as quais não tinham representação foram oficiadas para a indicação dos seus
29 representantes para o conselho, o CONJUVE está aguardando a indicação
30 para posterior publicação no DOE. O Presidente Lucene Cândido Magnus



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Diretoria de Direitos Humanos
Gerência de Políticas para Crianças, Adolescentes e Jovens
Conselho Estadual da Juventude

31 (UCE) entrará em contato com as entidades RENAPSI e a UNALGBT para
32 estes indicarem os conselheiros suplentes, sendo que a União Brasileira de
33 Mulheres – UBM será a entidade titular. Pois estas entidades faltam regularizar
34 os seus representantes no CONJUVE. Os conselheiros solicitaram à Secretária
35 do Conselho para apresentar na próxima reunião a relação das faltas dos
36 conselheiros. **3. Discussão sobre a alteração da Lei de criação do**
37 **CONJUVE** - A Gerente de Políticas para Crianças, Adolescentes e Jovens –
38 GECAJ – Leticia Braz (SDS) explicou que em função da Reforma
39 Administrativa do Governo do Estado, o Cargo de Secretário Executivo foi
40 modificado para o Cargo de Secretário de Conselho. Diante disso, a mesma
41 lembrou de retirar da lei do conselho as nomenclaturas de secretaria executiva
42 e secretário executivo e, respectivamente, substituir por secretaria de conselho
43 e secretário de conselho. Os conselheiros definiram que serão 24 membros no
44 CONJUVE com a retirada de um membro da Secretaria de Estado do
45 Desenvolvimento Social – SDS. E a recondução do mandato refere-se ao
46 conselheiro e não a entidade. Os conselheiros terão um mandato de 02 anos,
47 com uma única recondução. Leticia Braz (SDS) também colocou que o
48 CONJUVE deverá decidir quem chama para a eleição das entidades para fazer
49 parte do conselho: o governador ou o secretário da Secretaria de Estado do
50 Desenvolvimento Social. Ficou decidido pelos conselheiros que o Secretário de
51 Estado do Desenvolvimento Social chamará as entidades para a eleição com o
52 intuito de agilizar o processo eleitoral. O Presidente Lucene Cândido Magnus
53 (UCE) comentou sobre a criação do fundo, trouxe o exemplo do município de
54 Içara que criou a lei municipal do Fundo da Juventude. Leticia Braz (SDS)
55 explicou que com a criação do fundo deve-se mexer na paridade do conselho.
56 O Secretário da Mesa Diretora Éder Antônio Tochetto (Federação dos
57 Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar – FETRAF) colocou que
58 este assunto foi discutido na reunião anterior e o conselho decidiu no momento
59 em não criar o fundo. Verificar com o conselheiro Silney de Aquino Junior
60 (FAMPESC) se foi elaborada a exposição de motivos para a alteração da lei de
61 criação do CONJUVE. **4. Feedback do Regimento Interno** – A Gerente de
62 Políticas para Crianças, Adolescentes e Jovens – GECAJ – Leticia Braz (SDS)



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Diretoria de Direitos Humanos
Gerência de Políticas para Crianças, Adolescentes e Jovens
Conselho Estadual da Juventude

63 lembrou que também deverá ser suprimido do regimento interno as
64 competências da secretaria executiva e, também, substituir a nomenclatura de
65 secretaria executiva por secretaria de conselho. As competências dos
66 secretários de conselhos estarão no regimento interno da Secretaria de Estado
67 do Desenvolvimento Social – SDS. Ficou acordado que o regimento interno
68 será enviado por email aos conselheiros para contribuições de sua alteração. **5.**
69 **Trote/ Selo Cidadão** – A Gerente de Políticas para Crianças, Adolescentes e
70 Jovens – GECAJ – Letícia Braz (SDS) explicou que as universidades que
71 aplicarem o Trote Cidadão, as mesmas receberão o Selo Cidadão. A Lei do
72 Trote já foi sancionada que é a Lei nº15.431 de 28/12/2010,mas a Secretaria
73 de Estado do Desenvolvimento Social -SDS através do Conselho Estadual da
74 Juventude – CONJUVE precisa regulamentar o Selo Cidadão. A referida lei
75 proíbe a realização de trotes nos estabelecimentos educacionais públicos
76 estaduais e privados e adota outras providências. Carl Liwies Cuzung Gakran
77 (AEIUFSC) sugeriu aplicar outras ações nos trotes para ganhar o Selo, como
78 exemplos: plantar árvores e doação de sangue. Marcos Levi de Souza Junior
79 (Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa – SAP)
80 comentou que o órgão competente deverá vir ao CONJUVE e explicar esta lei.
81 Gabriela Maria Dutra de Carvalho (UDESC) vê que é salutar uma lei desse tipo
82 para rever valores, pois questionou a não consulta dessa lei e qual retorno da
83 concessão do Selo a universidade vai receber. Letícia Braz (SDS) comentou
84 que a conselheira Samara Freitas da Silva (Secretaria de Estado da
85 Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural – SAR) enviou contribuições
86 sobre o assunto. O Presidente do CONJUVE colocou que o conselho deverá
87 estabelecer critérios através de um regulamento para a universidade ganhar o
88 Selo por meio do Trote Cidadão. Ele e outros conselheiros sugeriram de incluir
89 na lei as universidades comunitárias para participar do Trote Cidadão. Suzy de
90 Castro Alves (Secretaria de Estado da Educação) comentou que vai verificar
91 no Conselho Estadual da Educação – CEE se existe mais alguma
92 regulamentação a respeito da referida lei e, também, a sua aplicabilidade e
93 funcionalidade. Marcos Levi de Souza Junior (Secretaria de Estado da
94 Administração Prisional e Socioeducativa – SAP) sugeriu critérios para as



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Diretoria de Direitos Humanos
Gerência de Políticas para Crianças, Adolescentes e Jovens
Conselho Estadual da Juventude

95 universidades realizarem o Trote Cidadão como: plantar árvores, arrecadar
96 alimentos, doação de sangue, enfim, as universidades deverão enviar suas
97 ações para o CONJUVE analisar. Letícia Braz (SDS) também verificará se há
98 denúncias sobre os trotes nas universidades. Foi formado um Grupo de
99 Trabalho – GT para elencar os critérios para o Trote/ Selo Cidadão: Letícia
100 Braz, Lucene Cândido Magnus, Maria de Fátima Goulart Capela, Samara
101 Freitas da Silva e Gabriel de Souza. Estes critérios deverão ser elencados até
102 dia 30/09/2019. **6. Grupo de Trabalho – GT do Seminário sobre Violência –**
103 Os conselheiros definiram que o projeto do Seminário sobre Violência será
104 finalizado e apresentado na próxima plenária. A conselheira Gabriela Maria
105 Dutra de Carvalho (UDESC) disse que a sua suplente Vera Márcia Marques
106 Santos (UDESC) virá na próxima reunião, pois a mesma é especialista na área
107 de violência e poderá contribuir com o projeto para possível parceria com a
108 UDESC. Letícia Braz (SDS) lembrou que o projeto do Seminário sobre
109 Violência, a Diretoria de Direitos Humanos – DIDH elaborou e encaminhou para
110 o EPROJ, caso o referido projeto for contemplado será realizado por meio de
111 emendas impositivas. Também foi debatido entre os conselheiros as possíveis
112 parcerias do projeto com as universidades UFSC, UFFS e UDESC. A
113 conselheira Suzy de Castro Alves (Secretaria de Estado da Educação) disse
114 que verificará sobre este projeto parceria com a Secretaria de Estado da
115 Educação - SED e com o Conselho Estadual da Educação – CEE. **7. Grupo de**
116 **Trabalho – GT da Segurança Pública –** Gabriel de Souza (Pastoral da
117 Juventude) disse que os integrantes da comissão não conseguiram se reunir.
118 Foi comentado que o caso dos bares da Rua Victor Meirelles do município de
119 Florianópolis se deu por encerrado, a juventude de Florianópolis não tem
120 espaço de convívio. A Polícia Militar tem um trato ruim com a juventude. A
121 Segurança Pública deve ser discutida. Éder Antônio Tochetto (Federação dos
122 Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar – FETRAF) colocou
123 que, segundo a Neylen Junckes (Assistente Social da SDS), o GT deve estudar
124 sobre a Segurança Pública e amadurecer o que se pretende levantar de
125 demandas e proposições. A conselheira Suzy de Castro Alves (Secretaria de
126 Estado da Educação) sugeriu de trazer a Secretária da SDS junto para essa



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Diretoria de Direitos Humanos
Gerência de Políticas para Crianças, Adolescentes e Jovens
Conselho Estadual da Juventude

127 conversa. O Presidente do CONJUVE disse que este GT vai fazer com que o
128 conselho seja capacitado nesse assunto. Suzy de Castro Alves (Secretaria de
129 Estado da Educação) sugere em ouvir o público que foi agredido nesses bares.
130 Foi conversado de trocar a nomenclatura de GT por Comissão da Segurança
131 Pública que foi composta por: Éder Antônio Tochetto, Maria de Fátima Goulart
132 Capela, Thamara da Luz Teixeira, Gabriel de Souza, Neylen Junckes (SDS),
133 Letícia Braz e Marcos Levi de Souza Junior. Diante disso, ficou combinado de
134 trazer na próxima reunião algum estudo sobre a Segurança Pública. **8. Criação**
135 **da Frente Parlamentar da Juventude** – Letícia Braz (SDS) sugeriu que a
136 conselheira suplente Luana Morales Victorero (JPDT) poderá fazer a ponte do
137 CONJUVE com a Frente Parlamentar da Juventude. Os conselheiros entendem
138 que é importante a existência dessa Frente Parlamentar e que todos deverão
139 estar inteirados com as suas ações. **9. Conferências Estadual e Nacionais da**
140 **Juventude** – O Presidente do CONJUVE Lucene Cândido Magnus (UCE)
141 entrou em contato com a Secretária Nacional da Juventude e a mesma disse
142 que em breve será nomeada a equipe da IV Conferência Nacional da
143 Juventude. O mesmo colocou que o encaminhamento a fazer é mapear os
144 conselhos municipais da juventude. A secretária do conselho vai consultar a
145 Federação Catarinense dos Municípios - FECAM se esta possui o mapeamento
146 desses conselhos e a conselheira Suzy de Castro Alves (Secretaria de Estado
147 da Educação) também vai fazer a consulta sobre o levantamento dos
148 conselhos municipais da juventude. **10. PL0235.7 – Deputado Jessé Lopes** –
149 O Presidente do CONJUVE colocou que este projeto de lei não veio ao
150 conselho. É preciso solicitar diligência à CCJ para se posicionar e, também,
151 para a conselheira suplente Luana Morales Victorero (JPDT) que faz parte da
152 Frente Parlamentar da Juventude para que possam trazer seus
153 posicionamentos ao CONJUVE. **11. Cortes na UFSC** – A UFSC está em estado
154 de greve em função dos cortes. Nesse contexto estão fazendo vários trabalhos.
155 A greve está perdendo força. O conselheiro Carl Liwies Cuzung Gakran
156 (AEIUFSC) informou que o auxílio–moradia para estudantes indígenas da
157 UFSC (R\$250,00) foi cortado no mês de março de 2019. O mesmo disse que a
158 UDESC não tem vestibular para indígena, sendo que a mesma universidade



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Diretoria de Direitos Humanos
Gerência de Políticas para Crianças, Adolescentes e Jovens
Conselho Estadual da Juventude

159 está próxima da aldeia indígena do município de Ibirama. Suzy de Castro Alves
160 (Secretaria de Estado da Educação) sugeriu solicitar explicação a UFSC
161 quanto ao corte do auxílio-moradia. O conselheiro Carl Liwies Cuzung Gakran
162 (AEIUFSC) disse que a questão do corte do auxílio-moradia para o indígena
163 está sendo encaminhado para o Ministério Público. O Presidente do CONJUVE
164 sugere o conselho agendar uma reunião com a Pró-Reitoria de Assuntos
165 Estudantis – PRAE da UFSC para tratar sobre o corte do auxílio-moradia para
166 indígenas. E agendar reunião na UDESC com as chapas que concorrem para a
167 reitoria para tratar sobre a educação indígena. **12. Informes** – Leticia Braz
168 (SDS) informou que no dia 07/10/2019 haverá uma mesa com o bate papo
169 sobre Direitos e Juventude na UDESC, às 10h30min. será tratado o tema
170 “Saúde Mental na Juventude”, onde podem ser abordados os temas Violência e
171 Direitos Humanos. É preciso de um representante do CONJUVE para tratar do
172 referido tema, é preciso encaminhar o nome, foto de perfil e a biografia do
173 jovem. Então ficou definido que irá o conselheiro Carl Liwies Cuzung Gakran
174 (AEIUFSC) para tratar o tema Saúde Mental na Juventude. Carl Liwies Cuzung
175 Gakran (AEIUFSC) está preocupado com a Juventude Xokleng no município de
176 Ibirama, local que será construído uma hidrelétrica que vai afetar o estilo de
177 vida da aldeia indígena, trazendo problemas para o local como drogas e outros.
178 Esta situação será levada para o Conselho Estadual dos Povos Indígenas –
179 CEPIN para tratar sobre este assunto. Sem mais nada a tratar, eu Noemia
180 Schuch Wickert lavrei a presente ata.

181

182 Florianópolis, 26 de setembro de 2019.

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

Lucene Cândido Magnus
Presidente da Mesa Diretora do CONJUVE

Noemia Schuch Wickert
Secretária Executiva do CONJUVE